



# Anais da Assembléia

Nº 02

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE MARÇO DE 1989.

ANO XV

## 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO REALIZADA EM 01 DE MARÇO DE 1989. QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer. As quinze horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Emar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Ancantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO DE INSTALAÇÃO

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Designo comissão composta por Suas Excelências, os Senhores Deputados Artagão Mattos Leão, Haroldo Ferreira, Nilton Barbosa, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert, para que acompanhem e introduzam no recinto deste Plenário, Suas Excelências os Senhores Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná e o Senhor Desembargador Abrahão Miguel, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Suspendo a Sessão por alguns instantes.

Está reaberta a Sessão. Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa através das seguintes auto-

ridades.

Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Abrahão Miguel, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

Senhora Débora Dias, 1.<sup>a</sup> Dama do Estado do Paraná e Presidente da PROVOPAR;

Doutor Jaime Lerner, Prefeito da Cidade de Curitiba;

Padre Gustavo Henrique Pereira Filho, representante de Sua Excelência, Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba;

Conselheiro Antônio Ferreira Rüppel, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Luiz Gastão de Alencar de Carvalho, Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná,

Excelentíssimo Senhor Deputado José Tadeu Lúcio Machado, 1.<sup>o</sup> Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Deputado Werner Wanderer, 2.<sup>o</sup> Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Tem a presente Sessão Solene de Instalação dos Trabalhos da 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 11.<sup>a</sup> Legislatura, a finalidade de, em atendimento ao disposto pela Constituição do Estado, possibilitar a Sua Excelência, o Senhor Governador, a leitura de mensagem através da qual dará contas de sua administração.

Convido os presentes a ouvirem a execução do Hino Nacional Brasileiro, através da Banda de Música da Polícia Militar do Estado.

(Execução do Hino).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhoras e Senhores Deputados.

O início dos trabalhos deste período Legislativo, coincide com o transcorrer de dias assinalados pela renovação das esperanças do povo brasileiro.

Esperanças de um povo que não se deixa abater pela adversidade de momentos difíceis, caracterizados pela agudeza de uma quase permanente crise econômica. Crise penalizadora de milhões de pessoas que não perderam a fé na grandeza dos destinos deste nosso extraordinário País, cujo progresso, nós paranaenses, com a generosidade da terra e a força do trabalho do nosso povo, temos ajudado a impulsionar.

Este 1.<sup>o</sup> de março é também o começo de

dois anos de novas batalhas políticas. Algumas já nos permitem a premonição de históricas, enquanto outras falarão grandeza anônima, do cotidiano democrático.

A Constituinte do Paraná, ouvirá 54 vozes Parlamentares para que se possa, branca e verdemente, tornar araucariana a grande Letra da Lei. Da grande Lei que criaremos para que permaneça imaculada como vontade de respeito, que lhe devemos permanentemente.

A Constituição que escreveremos com unção paranista, deverá ter o mérito maior de ser limite contra o arbítrio. Este tem sido, sempre inalteravelmente, o motivo maior das Constituições Democráticas.

Para nós, que sentimos o agravo da prepotência, que nos feriu no corpo e muito mais no espírito político, o ato criador da norma Constitucional de nosso Estado sublima e eterniza nossa fé na democracia. Este é o momento de abjurar os Deuses da intolerância e do radicalismo, dos tapapes nefandos do totalitarismo. Na Constituinte, vamos somar vozes de Deputados Estaduais à perspectiva dos entendimentos e enfoques do Executivo e Judiciário. Ouviremos o "lobby" responsável, correto, justo, respeitoso e comedido, nos corredores políticos deste Poder Legislativo. A norma Federal ampliou muito - muitíssimo - a força do legislador. Sabemos disso e disso temos consciência, de que exageros poderão levar-nos ao ridículo e até mesmo ao arbítrio - que todos repudiamos. Desejamos esmerilhar concepções divergentes para a busca da síntese, que é a glória da conciliação, roteiro da mediania dourada do equilíbrio e da harmonia.

Sabemos que o Governador Álvaro Dias, jurado na fé e no respeito democrático, compreenderá, como compreende, que nenhum instante político é tão importante, quanto este que iremos percorrer juntos.

Ouvimos, recebemos e aceitamos o convite do Desembargador Abrahão Miguel. Ao incitar-nos a "arar a terra com os instrumentos do diálogo e da concórdia", o meu caro - caríssimo - Presidente do Tribunal de Justiça haverá de ser pensamento e voz de quantos, no Judiciário, integram um dos garantes de ser do Estado moderno.

Paranaenses, brasileiros do Paraná e cidadãos de tantas latitudes. Quero dizer-lhes que esta Assembléia sempre será o gesto síntese de nosso sentimento paranista. Estamos de braços abertos, com o coração aberto, com a mente aberta. Abertos a todas as formas de participação dos que desejam colocar suas idéias, consagrando-as em termos constitucionais. Sensíveis a qualquer gesto político. Não fazemos restrições a credos ideológicos, ou a opiniões sociais que nos cheguem da rosa dos ventos de todas as direções institu-

cionais de nossa terra. Cadinho de contravêrsias, ponto de ebulição de paixões políticas, encruzilhada de convicções, a Assembléia deve ser a ágora dos espaços imensos e livres, de nossas discussões, lutas e combates. A síntese virá, inexoravelmente, chegará pela via do diálogo a partir do esmerilhar dialético entre a tese e sua antítese. Acredito que a grande vocação desta Casa é a conversação, no que significa o confluir da inteligência com a arte do diálogo. Estariam, aí, as melhores condições para a conciliação. Conciliação que desfraldarei como a bandeira da maior expressão deste biênio de encargos. Encargos que assumo com a reverência do profundo agradecimento aos que me credenciaram para este mandato.

Senhoras e Senhores:

Assembléia permanente de políticos escolhidos pelo gesto eleitoral dos paranaenses, esta Casa cadenciará o passo do cotidiano com o sentir de nossa gente. Numa atmosfera social de tantas insatisfações, quando o índice popular se faz emriste contra a figura de quem deve conduzir, precisamos assumir uma tarefa prometeica. Buscar nos céus de novas esperanças o fogo que transformará o homem, para que saíamos das cavernas do despotismo. Somos, ainda, e parcialmente, os andrajos dos tempos da prepotência. Precisamos andar democracia. Iluminar os caminhos com a prática da liberdade. Dizer que as sombras não são a realidade, mas os fantasmas irreais de um ontem, que se clarificará com a beleza límpida do processo democrático.

Tão importante quanto isto, precisamos ir, sempre ao âmago do povo. Deste povo paranaense que não compreende o anacrônico de sermos grandes economicamente, mas, no paradoxo, pequenos e afastados, há décadas das decisões nacionais. A desunião política, nossa antropofagia, a falta de humildade diante da fé que deveríamos ter no partido do Paraná, tudo nos tem dirigido para a periferia dos macro gestos que fazem o destino brasileiro. É preciso um "Mea culpa" de cada um para que, no encontro com o povo, possamos dizer-lhe que o Paraná nos exige união de líderes e encontro com o caminho de nossa maioria nacional.

Paranaenses:

Este recomeçar de trabalhos legislativos envolve a decisão de jurar compromissos.

Compromissos que signifiquem, acima de tudo, amor ao Paraná. Por este prisma ganharemos a condição de fazer o gesto democrático, político, profundamente humano, que nos levará ao cumprimento das tarefas reclamadas pela nossa consciência. O Paraná é-nos razão, motivo, justificação. É com esta certeza que iremos enfrentar as

batalhas das idéias em conflito. Das idéias que se devem degladiar para que tenhamos a utopia de um amanhã perfeito.

No agradecer a honra da presença de todos, declaro abertos nossos trabalhos legislativos. Que Deus nos ilumine para que, com essa graça, possamos ser, acima de tudo, servidores do povo. Que este seja nosso norte de caminhos, nosso destino e a nossa reta de andanças democráticas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tenho a honra de conceder a palavra ao Governador do Estado do Paraná Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS - Sr. Presidente Anibal Khury do Poder Legislativo Estadual, Desembargador Abrahão Miguel Presidente do Tribunal de Justiça, Prefeito Jaime Lerner, demais autoridades já nominadas, componentes da Mesa, Srs. e Sr.s Parlamentares, Senhores e Senhoras. (Lê):

A entrega da Mensagem Anual do Governador ao Poder Legislativo não constitui rito formalista e vazio, simples satisfação do preceito constitucional. Ao contrário, possui o profundo sentido de expor aos olhos da população - aqui representada pelos Senhores Deputados - uma radiografia da situação atual do Estado. Não se trata de trivial prestação de contas, nem de momento para ufanismos inconseqüentes. É forte momento de reflexão, tanto para o Executivo como para o Legislativo, em face dos seus deveres para com o povo e suas responsabilidades na condução dos negócios públicos.

Este gesto tem seu significado realçado pelo momento que hoje vivemos.

Inicialmente, é preciso sublinhar ser esta a primeira Mensagem entregue sob a vigência de um novo ordenamento constitucional, após um quarto de século vivido na ilegitimidade de um poder autoritário, ora felizmente encerrado.

O ano de 1989 representa um momento muito importante na vida política do Paraná, cujo destino constitucional estará assentado nas mãos responsáveis de nossos dignos parlamentares.

Que Deus os ilumine, para que tenhamos uma Carta à altura do grandioso destino que todos desejamos para este Estado e para o povo paranaense.

É este, também, o ano da comemoração do Centenário da Proclamação da República, oportunidade de repensarmos os ideais que lhe deram origem, especialmente no tocante à importância do bem público, do Direito de defesa contra a violência e o arbítrio e do exercício de uma cidadania consciente e atuante.

Finalmente, a entrega desta Mensagem passa a ser sinal e símbolo do esforço co-

letivo na construção de uma ordem justa e democrática, no momento em que, à luz da nova Carta Magna, as Assembléias Legislativas se vêem investidas de maiores poderes constituintes para a tarefa de estabelecer os fundamentos do Estado enquanto elemento federativo, resguardando a unidade nacional sem perder a riqueza da pluralidade regional.

Ao analisarmos a situação do Estado do Paraná não podemos deixar de, preliminarmente, considerarmos o fundamento das nossas ações e decisões frente ao Governo: a dimensão ética do exercício da autoridade legitimamente constituída.

A população, ao eleger seus governantes e representantes, deseja homens aptos a trabalhar com afinco na consolidação de um governo - que valorize a administração pública e se caracterize pela adoção de padrões de moralidade tais que sejam capazes de restaurar a confiança geral. Isto significa que a esperança maior da população pode ser descrita numa única palavra: credibilidade. Credibilidade na seriedade com que se encara a coisa pública. Credibilidade no esforço em acertar e corresponder aos anseios comuns.

Desde o momento em que assumimos o Governo do Estado, nossa preocupação maior tem sido a de fazer renascer, em cada paranaense, essa credibilidade em seus governantes e homens públicos, criando condições para que cada um se reconheça como cidadão e exerça seus direitos como tal.

Sabemos quão difícil é fazer frente à mentalidade que perdurou na administração pública, ao longo do tempo, a ponto de transformá-la num "venha a nós" irresponsável e dilapidador dos recursos conseguidos com o suor dos cidadãos.

Sabemos como a impunidade, o desperdício, a incúria e a incompetência fizeram com que a administração pública fosse olhada com distância e desconfiança pela grande maioria da população brasileira.

É isto que queremos - e estamos conseguindo. O povo quer um governo austero e probo, operante e diligente no correto equacionamento dos problemas, a fim de que o vento da demagogia não continue mais varrendo a cena pública.

Não se aspira ao moralismo vazio das afirmações que jamais se concretizam, mas ao exercício ético da administração pública que, atento ao Direito e à dignidade dos cidadãos, faça da moralidade o esteio da Justiça.

Daí não termos medido esforços na realização de uma reforma administrativa modernizadora, com o objetivo de tornar a máquina administrativa não um fim em si mesmo, mas um instrumento de sustentação efetiva das ações que devem ser desenvolvidas pelo Estado.

Extinguimos Secretarias, vinculadas e inúmeros órgãos descentralizados, como inspetorias de educação e agências de rendas. Em decorrência, foram extintos aproximadamente 9.000 cargos, tanto em comissão como celetistas. Excluímos do quadro cerca de 10 mil funcionários. Realizamos a centralização do controle de contratações e disposições funcionais. Implantamos um rígido controle de ponto dos servidores. Criamos - ineditamente na administração pública brasileira - o "Orçamento Discriminado de Recursos Humanos", com o fim de dimensionar e adequar o funcionalismo público para o cumprimento dos planos, programas e atividades da Administração.

Conseguimos, sem demissões em massa, cujo efeito é mais pirotécnico que eficaz, frear e inverter a curva de crescimento do funcionalismo do Paraná. Na administração direta e autárquica tínhamos, em dezembro de 78, 81 mil funcionários; em dezembro de 82, 91 mil funcionários; em dezembro de 86, 102 mil funcionários. Conservando-se esta taxa de crescimento histórico, teríamos, em dezembro de 88, cerca de 108 mil funcionários e, ao término do nosso Governo, por volta de 113 mil funcionários. Com as medidas de racionalidade adotadas, e através do controle eficaz, conseguimos manter o funcionalismo em níveis moderados: hoje são 98 mil da administração direta e autárquica, 4 mil a menos, portanto, com a previsão de que, ao término do Governo, este número esteja por volta de 94 mil funcionários, 8 mil funcionários a menos do que quando assumimos o Governo.

É importante assinalar que a austeridade administrativa, aliada ao constante controle de gastos, não deriva de uma visão preconceituosa do funcionalismo público do Paraná. Exatamente por acreditarmos na capacidade e no empenho de nossos funcionários; por considerarmos a necessidade de sua valorização, tanto pessoal como salarial, tomamos as medidas que, eliminando os excessos, as distorções, os ociosos e os fantasmas, virão beneficiar a imensa maioria dos nossos funcionários, zelosos da satisfação que devem ao povo, de seu trabalho.

Falamos em contenção de despesas. No entanto, por paradoxal que possa parecer, e apesar da crise sem precedentes na história da Administração Pública, o Estado investiu significativamente, como o demonstra o Programa Rodoviário, além dos investimentos em Saneamento, Habitação, Eletrificação Rural e Urbana, Educação, Saúde e Agricultura.

Nós não nos deixamos abater pela crise. Frente a ela, buscamos os recursos onde quer que estivessem.

Hoje, sob apreciação dos diversos organismos internacionais de fomento, o Pa-

raná possui propostas de investimentos para programas importantíssimos como o Paraná Rural, Saneamento Básico, Desenvolvimento Urbano, Educação Fundamental, além da continuação das obras de Salto Segredo.

Com recursos internos, dispomos de consideráveis investimentos em Saneamento, Desenvolvimento da Região Metropolitana, Rodovias Rurais, Habitação, Irrigação, Conservação dos Solos, Combate à Erosão, Abastecimento Popular, Saúde e Educação, com especial relevo para os investimentos na área social, porque reconhecemos que o verdadeiro investimento de infra-estrutura a ser incentivado é o que se faz sobre a qualidade de vida da população.

Vale reparar que a realização do Programa Rodoviário ensejou intensa discussão. Foram inúmeras obras contratadas ao final do Governo que nos antecedeu, na euforia do Plano Cruzado, sem garantia de financiamentos e sem qualquer previsão de recursos. Apesar de temerário, preferimos enfrentar o desafio e manter o Programa, realizando as obras para não descumpriremos contratos e, o que seria pior, colocarmos em perigo a estabilidade de inúmeras empresas, com o conseqüente desemprego de milhares de trabalhadores. Esta decisão aumentou o déficit do Estado, mas permitiu que um grande patrimônio fosse adquirido: um conjunto de obras realizadas, inauguradas, ou em fase adiantada de execução, algumas agora temporariamente paralisadas, a ponto de, em 20 meses, podermos apresentar a realização de três quilômetros de pavimentação asfáltica por dia, média realmente assombrosa.

A ação decisória do Governo, ao lado da dedicação ao trabalho, dos paranaenses, permitiu que o Paraná se diferenciasse dos demais Estados brasileiros. Contrariando a tendência nacional, enquanto o País estagnou, os índices demonstram o crescimento do nosso Estado.

De janeiro a outubro de 1988, enquanto a indústria brasileira teve uma queda de (-) 3,2%, a indústria paranaense foi a única, no Brasil, que apresentou crescimento de 3,1%. A agricultura apresentou um crescimento real de 20% no valor bruto da produção. A receita cambial gerada pelas exportações, através do Porto de Paranaguá, cresceu de 800 milhões de dólares, saltando de 1 bilhão e 800 milhões de dólares em 87 para 2 bilhões e 600 milhões de dólares em 1988. Repare-se que este crescimento da receita cambial, até certo ponto, penaliza o Estado, na medida em que a arrecadação de tributos fica prejudicada pelas isenções concedidas às exportações. No entanto, é a contribuição que o Paraná oferece ao esforço nacional para a obtenção das divisas necessárias ao crescimento do País.

O dinamismo do Governo e seu esforço para a manutenção dos investimentos públicos traduzem uma alavancagem no desenvolvimento do Estado. Temos consciência de que os Estados devem estabelecer instrumentos, capazes de acelerar seu desenvolvimento, impedindo a estagnação. Um reflexo importante desse dinamismo, que se propõe a preparar o Paraná para a próxima década, é o recorde histórico na geração de empregos: 43 mil novos empregos gerados em sete meses, contra apenas 18 mil gerados ao longo dos 12 meses de 1987.

O aumento do déficit para a manutenção das obras, ao invés de retratar uma situação de impasse ou estagnação, decorre da necessidade de se garantir o ritmo de desenvolvimento do Estado, com os consequentes resultados sociais. Se o custo deste desenvolvimento estava, no último dia de 88, em cerca de 125 milhões e 400 mil dólares, no decorrer do mesmo ano, o Estado, realizando uma política financeira inteligente e equilibrada, saldou dívidas históricas da administração direta e indireta, num montante de 172 milhões e 300 mil dólares, apesar das taxas corrosivas de inflação, aliadas a juros altíssimos.

Senhores Deputados:

A crise existe.

Além de experimentarmos as repercussões da crise mundial mais ampla, sofremos a crise específica de uma sociedade em transição. Porém, nenhuma crise é definitiva numa sociedade disposta a lutar unida, voltada para o trabalho justo, para o progresso harmonioso, para a paz social.

E uma sociedade assim se projeta para o futuro através de seus condutores. Ela precisa de rumos, de setas na encruzilhada, para que, conhecendo os caminhos e o destino a alcançar, avance em seus primeiros passos.

No Paraná isto já é possível realizar, dada a harmoniosa integração e convivência entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como a afinidade de seus objetivos, voltados para o bem comum e o engrandecimento da terra paranaense.

Senhores Deputados:

Recolocamos hoje em pauta problemas que ficaram congelados desde a brusca interrupção autoritária, além de questões colocadas por um país que se debate para ingressar na modernidade. Os problemas econômicos e financeiros são reflexos de um processo de transformação que penetra as camadas mais profundas da sociedade brasileira, atingindo seus fundamentos políticos.

O Governo da União, visando frear o crescente processo inflacionário e impedir a desagregação que apontava para o caos, acaba de estabelecer mais um choque na economia. Evidentemente, temos o dever de

apoiar mais esta tentativa, não de forma passiva, mas atuantemente crítica, pois esta era uma exigência da própria sociedade. Há sacrifícios que deverão ser feitos e, é preciso reconhecer, novamente os assalariados são convocados a uma contribuição substantiva. Assalariados do setor público e do setor privado. No entanto, a contrapartida dos sacrifícios dos trabalhadores e de toda a sociedade deve ser o completo controle sobre o déficit público e uma corajosa renegociação da dívida externa pelo seu valor real, reduzindo os juros que têm transformado o País num imenso exportador de capitais e impedindo seu crescimento com harmonia e justiça.

O futuro começa mesmo é por um gesto no presente.

Este ano aponta, também, para as esperadas eleições diretas para a Presidência da República. Todos nós que acreditamos e contribuimos para a ruptura com o autoritarismo estamos conscientes de que se aproxima o momento das decisões fundamentais e da superação das incertezas, para a gestação de uma sociedade nova e diferente.

Queremos mudar a sociedade. Queremos que a Nação tenha um projeto próprio que a arrebate e entusiasme. Queremos renunciar à rotina que, coagulando os ideais mais generosos, sufoca o futuro. Queremos a superação de radicalismos ou populismos reciclados, através de lideranças modernas e abertas ao interesse público, que sejam uma promessa de remeximento do nosso contexto social e político.

Neste ano de 1989, Senhores Deputados, queremos que o grande marco sejam estas eleições, tão ansiadas, especialmente pelas gerações que tiveram cassado seu direito de escolher o supremo mandatário da Nação. Nossa principal tarefa como homens públicos é desenvolver todos os esforços e todos os sacrifícios para que o próximo 15 de Novembro seja positivamente a aurora anunciadora de novos e melhores tempos para o Brasil e para o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência deseja expressar seu mais profundo agradecimento pela presença das altas autoridades civis, militares, eclesiásticas e representativas do corpo consular, bem como os demais presentes, que em aqui vindo muito honraram, prestigiaram e dignificaram este Poder Legislativo.

Solicito à mesma Comissão que anteriormente foi designada, para que ao término da presente sessão acompanhe os Senhores Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, durante suas permanências no recinto

do Palácio Dezenove de Dezembro.

A Mesa anuncia para os Senhores Deputados a sessão para amanhã, às 10 horas, com a seguinte Ordem do Dia:

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Estado do Paraná, a ser executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado, após o que estará encerrada a presente sessão.

A Mesa marca uma sessão para quinta-feira, dia 02, às dez horas, com a se-

guinte

ORDEM DO DIA:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 09/89, 121, 152, 176, 178, 182, 184, 188, 190 e 200/88 e dos Projetos de Resolução n.ºs 72/88 a 75/88.

Levanta-se a sessão.